

# O Estado moderno ou a República corporativista

**BORIS TABACOF**

"Esse controle era regulamentado por uma série de leis, disposições, resoluções, decretos, avisos, patentes e recomendações, dos quais os brasileiros faziam pouquíssimo caso, visto a freqüência com que deviam renová-los." Não estamos falando do Brasil de hoje, mas citando um trecho da obra de Pierre Verger sobre as relações da colônia com a metrópole portuguesa no século XVIII.

O *continutismo* como forte tradição da política brasileira não se limita às últimas décadas, tendo como ponto de referência a implantação do Estado Novo getulista, cujo cinquentenário tem sido motivo de reflexão dos estudiosos da ciência política.

As raízes da tutela do Estado sobre a economia vão longe, não tendo o Brasil passado pela fase de construção de instituições que favorecessem um capitalismo inovador e competitivo. Não foi por acaso que a institucionalização das indústrias básicas, como a siderurgia, o petróleo, a energia, os transportes, as comunicações, ocorreu através da iniciativa e dos investimentos estatais. Esse processo foi e ainda é condicionado por uma visão da sociedade que conjuga uma concepção paternalista — o Estado como provedor do progresso e do bem-estar — com o oportunismo das elites que, por sua vez, usam o Estado para promover seus interesses.

Nasceu daí a evidente dificuldade, no plano político, de despertar a consciência de uma cidadania ativa e exigente, como contrapartida do individualismo afirmativo no plano econômico, que se expressaria na capacidade privada de iniciar negócios, correr riscos e obter lucros no caso de sucesso.

A evolução histórica brasileira, bem ou mal, coloca-nos agora ante um momento de decisão, que certamente marcará a vida das próximas gerações. Desapareceu da psique coletiva aquele sentimento da inevitabilidade do Brasil-grande-potência, por obra e graça do destino manifesto. Esse fatalismo positivo cede lugar a um desencanto e uma desesperança, certamente gerado pelo esgotamento do modelo paternalista.

Muito mais importante do que se discutir agora a privatização das grandes estatais é engajar a sociedade no debate e na definição de um modelo estimulador da iniciativa do cidadão, na sua capacidade de empreendedor que busca, na miríade de oportunidades, construir uma atividade econômica. Apesar da crise dos principais mercados financeiros, o impacto das novas tecnologias

conduz a um realinhamento da capacidade produtiva e dos mercados mundialmente. As nações desenvolvidas e as chamadas nações recentemente industrializadas (new industrialized countries) estão buscando liberar e renovar as energias produtivas da sociedade através dos estímulos que nascem da economia de mercado. Ao mesmo tempo, surgem oportunidades que o nosso país pode aproveitar, se vencermos a estreita mentalidade autárquica e isolacionista. Poucos duvidam de que precisamos de capitais, tecnologia e mercados em escala internacional, mas há uma quase paranóia em relação a possíveis riscos à soberania. Obviamente, pode-se conciliar a legítima proteção dos interesses nacionais com uma política de abertura econômica, invariavelmente predominante nas grandes correntes mundiais, que atingem até os países socialistas.

As raízes do complexo colonial são mais um exemplo do *continutismo* que trava o nosso desenvolvimento. A oportunidade histórica, no momento em que se elabora a nova Constituição, de limpar o terreno para construir um modelo político e econômico moderno, não pode ser desperdiçada. Em vez de prosseguirmos com a estrutura arcaica representada pelos intermináveis instrumentos de intervenção e controle da economia, é possível definir um arcabouço básico que consagre a opção por um processo de desenvolvimento dinâmico e poderoso, estimulado pela liberação da tremenda energia nacional represada.

Sobre esse arcabouço constitucional pode-se evoluir, passo a passo, na efetivação de uma política social justa resultante dos vetores que compõem os vários segmentos sociais, institucionalizados e organizados de modo democrático e responsável. O rompimento do *continutismo* estagnado e fossilizado não se conseguirá com uma Constituição corporativa, em que cada grupo procura conseguir a fixação de direitos particulares. O que o Brasil moderno e desenvolvido que desejamos construir exige é uma estrutura constitucional simples e ao mesmo tempo abrangente, capaz de servir de ponto de partida de uma etapa histórica em que renasça a confiança nacional. Só alcançaremos esse novo patamar se o povo brasileiro entender que seremos grandes não pela fatalidade, mas pela construção, passo a passo, de um país eficiente, organizado e produtivo.

Boris Tabacof é empresário e diretor adjunto do Departamento de Economia da Fiesp/Ciesp.